



LITERATURA, CONHECIMENTO E POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA SOBRE O USO DA FICÇÃO EM PESQUISAS DE CIÊNCIAS HUMANAS

DENIS THIAGO SANTOS DE BARROS*

Introdução: Roger Bastide e sua proposta titubeante: a poesia como método sociológico

A ideia de trabalhar com a literatura na pesquisa científica não é algo novo. Em dois artigos de jornal de 1946 (posteriormente publicados em livro), o antropólogo francês Roger Bastide desenvolveu as suas ideias referentes a esse tema. Basicamente o que ele diz é que a realidade é complexa demais para a reduzirmos a um conjunto de conceitos e, por vezes, irracional demais¹ para que seja conhecida apenas por categorias lógicas. Por isso,

1 "Mas essa parte irracional, enorme já no domínio da natureza, aumenta ainda mais quando se passa para o domínio das ciências do espírito. Ficamos então diante de um dilema: ou a sociologia se limita à descrição do que é racional na sociedade, formando um todo harmonioso mas cheio de lacunas, ou então resolverá ser uma ciência total e terá de reproduzir uma imagem desses elementos irracionais, desses fundos perturbadores e sentimentais, desses movimentos de massa, dos ditames do inconsciente coletivo. Não vejo meio possível para isso senão a expressão poética". (Bastide, 1983, p. 85)

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em ciências sociais pelo mesmo programa.

em sua opinião, ao conhecimento científico, se deve somar a poesia e a literatura para que, atravessando os limites do primeiro, consigamos ter uma imagem mais exata da realidade através do segundo. Por esse caminho, ciência e literatura jogariam luz a aspectos diferentes da realidade:

Para apreender a riqueza social em toda a sua farta complexidade, precisamos recorrer aos mais variados métodos, mesmo ao método poético, caso seja necessário. É aquilo que já denominei, como o senhor deve estar lembrado, princípio dos projetores convergentes que iluminam o objeto estudado, como num teatro a dançarina é aprisionada nos múltiplos facho luminosos que jorram de todos os cantos da sala. (Bastide, 1983, p. 84)

Interessante que Bastide propõe o seu método ao mesmo tempo em que o pratica: seu texto é um diálogo ficcional no qual um Bastide personagem debate com uma outra personagem, o crítico, acerca de suas reflexões sobre arte e ciência. Diante das indagações deste, que seguem sempre no sentido de questionar como é possível que algo tão subjetivo como a poesia possa servir de método para as ciências humanas, o antropólogo desse universo ficcional vai rebatendo os questionamentos do crítico um a um. Como o texto é composto apenas pelo diálogo em questão, sem introdução e sem uma descrição do entorno da conversa dos dois, fica parecendo que Bastide (a personagem) e o crítico estão, um diante do outro, sentados cada um em uma cadeira e nada mais em volta, movimento que constrói a centralidade que esse encontro assume nos textos. Por eles podemos sentir o quanto é difícil defender ideias heterodoxas para uma pessoa ortodoxa.

Essa postura muito interessante de Bastide toma uma forma ainda mais corajosa quando ele diz o seguinte:

[...] o sociólogo, ao contrário, encontra-se em presença de fenômenos nos quais o total é diferente do conjunto das partes, em que tudo reage sobre tudo; além disso, é ele levado pela corrente do tempo; de modo que, quando separa, mutila, e quando acaba de formular as várias relações, essas relações já mudaram. Não deverá ele, pois, proceder um pouco como o mergulhador que se joga no mar para conhecer, ao menos aproximadamente, a riqueza líquida? A poesia é esse mergulho. (Bastide, 1983, p. 83)

Ou seja, ficando claros os limites das ciências sociais, mergulhemos com a poesia em busca de uma compreensão melhor desse real "em que tudo reage sobre tudo". Limitadas demais, as ciências sociais cedem espaço para a literatura passar.

A despeito disso, em alguns momentos dos textos, Bastide parece ficar inseguro diante de sua própria proposta. Por exemplo, se por um lado ele nos diz, no diálogo com o crítico, que a poesia é essencial para que as ciências sociais apreendam a estética inerente às ações humanas, em outro momento ele diz que não se refere, com as suas argumentações metodológicas, a um tipo de texto "puramente literário"² e nem a uma poesia que "se liga à versificação". É como se ele dissesse assim: "Proponho que nós trabalhemos com a literatura nas nossas pesquisas, mas com uma literatura sem literariedade, e com uma poesia sem poética".

É possível que defender esse tipo de ideia nos anos 1940 e em um jornal de importância nacional [o jornal O Estado de São Paulo] não deva ter sido uma coisa das mais fáceis de serem feitas. Se hoje, com a amplitude metodológica que as ciências sociais alcançaram, esse debate já não é simples de ser aceito enquanto tal, eu imagino que há setenta anos atrás o contexto devia ser bem mais intimidador. Entendo, contudo, que a postura tibi-tubeante de Bastide diante de suas próprias ideias sobre o trabalho com a literatura em pesquisas científicas possui raízes mais profundas, nos remetendo à visão de que a ficção faz parte do domínio do falso. Essa forma de olhar a ficção foi um dos constructos mais importantes na formação da Modernidade.

Modernidade, América Latina e a hostilidade ao ficcional

Como o escritor argentino Juan José Saer observa, as livrarias de hoje continuam separando seus livros entre as alcunhas "ficção" e "não ficção", colocando a segunda como sendo do domínio dos fatos verídicos, se opondo, assim, à primeira. Isso aponta para a manutenção hoje de uma visão do ficcional como um discurso não verdadeiro. Mas por que temos, pelo menos no Ocidente e na América Latina, essa visão do ficcional? Acredito que um olhar sobre como a Modernidade distinguiu História e discurso ficcional possa nos ajudar a propor uma resposta plausível a essa indagação. No caso da América Latina, é importante olharmos para como essa distinção chegou até essa região pelo colonialismo ibérico. Para tanto, o estudo *Sociedade e discurso ficcional* (1986) do pesquisador bras

2 "Toma um casal, separa-o do resto da sociedade, dando-lhe bastante dinheiro para que possa viver a própria vida isolado em pleno campo, num castelo de uma grande propriedade rural, afastado conseqüentemente de outros grupos sociais que pudessem reagir a eles. Com isso consegue ter o casal em estado puro. Pensava em tentativas desse gênero, não em romances que são considerados como puramente literários. Eles nos propõem métodos de trabalho, habituam-nos a certas maneiras em geral por nós pouco utilizadas para penetrar o social". [Bastide, 1983, p. 82]

leiro Luiz Costa Lima nos será de grande ajuda.

A partir de trabalhos de historiadores como Jacques Le Goff e Hans Ulrich Gumbrecht, Lima (2007) argumenta que a descoberta da subjetividade causou uma ruptura com a noção de verdade que predominava na Europa durante a Idade Média. Se neste período a verdade era entendida como algo inerente às coisas e a verdade dos textos medievais se confundiam com a sua própria forma, na Baixa Idade Média o que começará a vigorar é a ideia de que o sujeito é instrumento pelo qual se chega à verdade. Isso desembocará na distinção moderna entre o histórico e o ficcional e também no combate à indiferenciação entre eles pelos intelectuais europeus. Em outras palavras, na Modernidade o discurso da História é aquele no qual um sujeito observador prova o que diz, enquanto o discurso ficcional é aquele que ocupa o campo do falso, do mentiroso³.

Os modernos, então, não só diferenciaram esses dois tipos de discurso como também desenvolveram uma atitude hostil à ficção. Luiz Costa Lima argumenta que isso ocorreu porque, estando a Europa sob o domínio de uma ordem política baseada no religioso, a fantasia e o imaginário ficcional só poderiam ser vistos como ameaças à integridade social, pois eles poderiam influenciar as pessoas a questionar os valores de sua sociedade, desvirtuando-as dos preceitos da ordem vigente⁴. Como a colonização controlou na América Latina não só a estrutura socioeconômica mas também as ideias que por aqui circulavam, essa distinção foi um dos legados coloniais, mantidos intactos pelas elites locais nos novos estados nascentes dos processos de independência (id., 2007).

Assim, Luiz Costa Lima nos ajuda a entender tanto a separação entre História/verdade e ficção/não verdade quanto os caminhos pelos quais ela chegou até à América Latina, basicamente assimilada por uma intelectualidade local ciosa de imitar o que acontecia na Europa. Contudo, a análise desse autor peca, a meu ver, por manter uma postura um tanto quanto eurocêntrica, já que, dentro do tema que ele trata, que é o veto ao ficcional presente na literatura latino-americana pelo menos até o início do século XX, o pesquisador explica a América Latina a partir da Europa. Já o pesquisador uruguaio Ángel Rama,

3 “[...] a tematização da subjetividade provoca a abertura de uma diferenciação discursiva que a Idade Média desconheceu. A História e o fictício se separam. Aquela é exaltada, ao passo que este se confunde com o falso e o mentiroso” (Lima, 2007, p. 243).

4 Sobre a dispersão que o aparecimento da subjetividade no texto moderno causa no discurso medieval e a consequente reação hostil ao ficcional, Luiz Costa Lima diz que: “[...] a dispersão discursiva era um instrumento de controle tanto contra a rebelião política, quanto a favor de orientação disciplinada do cotidiano. Sem a consciência da diferença discursiva, sem a hostilidade contra o fictício, o homem comum poder-se-ia ver como outro Roldán e ameaçar qualquer filamento da ordem instituída, tanto por se incorporar a alguma insurreição, quanto pelo mero testemunho que mostrasse de um cotidiano rebelde” (Ibid., p. 253).

no seu trabalho *A cidade das letras* (1983), avança nessa questão na medida em que ele coloca que a América Latina foi fundamental para a formação da Modernidade na Europa, em uma relação dialética entre os dois lados do Oceano Atlântico.

Isso ocorreu porque, segundo RAMA (2015), foi na América Latina que a razão europeia encontrou um terreno fértil para o seu desenvolvimento e fortalecimento. Especialmente os colonizadores ibéricos encontraram no neoplatonismo, com o seu princípio de que a razão era capaz de impor medida e ordem às atividades humanas, o impulso para a sua expansão capitalista. Citando Michel Foucault, Ángel Rama vai defender que esse pensamento filosófico prevaleceu no Ocidente europeu nos séculos XVI e XVII, período que Foucault coloca como sendo o da separação das palavras em relação às coisas, dos signos em relação às coisas significadas. Foi justo nesse período que as cidades latino-americanas, principalmente na América Hispânica, foram idealizadas e projetadas na lógica da dominação colonial⁵, sendo os meios urbanos ocupantes do papel de civilizadores frente à barbárie que representava o campo aos olhos das elites coloniais⁶. Essas cidades foram pensadas sem referências à realidade local, como se aqui não existisse nada antes da invasão ibérica, seguindo o princípio da *tabula rasa*, que autonomizava os signos ao mesmo tempo em que os tornava imprescindíveis para o projeto colonizador. Sobre elas, Rama diz:

Uma cidade, previamente à sua aparição na realidade, devia existir numa representação simbólica que obviamente só poderia assegurar os signos: as palavras, que traduziam a vontade de edificá-la na aplicação de normas, e, subsidiariamente, os diagramas gráficos, que as desenhavam nos planos, ainda que, com mais frequência, na imagem mental que tinham os fundadores desses planos, os que podiam sofrer correções derivadas do lugar ou de práticas inexpertas. Pensar a cidade competia a esses instrumentos simbólicos que então adquiriam sua pronta autonomia, de forma que os adequasse ainda mais às funções que lhes reclamava

5 "As cidades, as sociedades que as habitarão, os letrados que as explicarão, se fundem e se desenvolvem ao mesmo tempo que o signo 'deixa de ser uma figura do mundo, deixa de estar ligado pelos laços sólidos e secretos da semelhança ou da afinidade com o que marca', começa a 'significar dentro do interior do conhecimento' e 'dele tomará sua certeza ou sua probabilidade'" (RAMA, 2015, p. 23).

6 "Ainda que isolada dentro da imensidão espacial e cultural, alheia e hostil, competia às cidades dominar e civilizar seus contornos, o que primeiro chamou-se de 'evangelizar' e depois de 'educar'. Apesar de o primeiro verbo ter sido conjugado pelo espírito religioso e o segundo pelo leigo e agnóstico, tratava-se do mesmo esforço de transculturação a partir da lição europeia. Para esses fins, as cidades foram sedes de vice-reis, governadores, audiências, arcebispados, universidades e até tribunais de Inquisição, antes de se tornarem, após a Independência, de presidentes, congressos, mais universidades e mais tribunais." (Rama, 2015, p. 33-34).

o poder absoluto. (Rama, 2015, p. 26, grifo do autor).

O signo, independente em relação ao real, visava aplicar normas que vinham das metrópoles colonizadoras da América Latina. Sua independência, portanto, era calcada na concretude da dominação colonial ibérica, e visava, em última instância, a afirmação desse poder. E para que as coisas transcorressem nesse sentido, era necessário que existisse nas colônias um grupo de intelectuais encarregados de executar e proteger a ordem colonial. Eram "religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais" (RAMA, 2015, p. 38) que formavam o que o autor chama de cidade letrada, um grupo restrito e urbano, dominante dos instrumentos de comunicação social e parte dos poucos letrados em sociedades majoritariamente compostas por analfabetos.

Se a hostilidade à ficção presente na inteligência latino-americana foi herança colonial, como aponta Luiz Costa Lima, foi na América Latina, de acordo com Ángel Rama, que a razão europeia encontrou o seu território de livre execução, já que foi o nosso continente o lugar "central na edificação da era capitalista" (Rama, 2015, p. 22) a partir do colonialismo. Foi aqui que as palavras puderam efetivamente se separar das coisas, ligadas ao poder das elites letradas comprometidas com as metrópoles europeias mesmo depois dos processos de independência. Distantes da realidade social, dados a retórica e imitando, muitas vezes de forma tosca⁷, o pensamento europeu, os letrados latino-americanos manterão o veto à ficção. Lima (2007) diz que, nesse processo, a literatura ocupará na América Latina o papel de instrumento da posição política das elites letradas, que se entendiam como observadoras da nação, frequentemente definindo-a pela sua beleza natural e construindo uma arte de caráter fortemente patriótico e moralista. Isso perdurará na região, segundo esse pesquisador, pelo menos até o início do século XX.

Para Wolfgang Iser, a oposição entre realidade e ficção, a crença numa diferenciação absoluta entre essas duas coisas faz parte do nosso "saber tácito"⁸ (Iser, 2013). Se isso é verdade, trabalhar com a literatura em pesquisas de ciências humanas pode parecer uma ideia absurda em si mesma. Sobretudo em tempos de "fake news", nos quais teorias conspiratórias, parte delas de caráter fascista, ganham relevância política em países como Es-

7 Luiz Costa Lima diz que, na América Latina, positivismo e evolucionismo foram inerentemente vinculados pelas elites letradas, muito embora na Europa estas fossem correntes de pensamento independentes. O autor pergunta se tal vínculo não foi construído por aqui no sentido de legitimar tanto as oligarquias latino-americanas quanto os intelectuais que as defendiam. Ver LIMA (2007).

8 "[...] referência ao repertório de certezas que se mostra seguro a ponto de parecer evidente por si mesmo" (ISER, 2013, p. 31).

tados Unidos e Brasil, a separação entre realidade e falsidade se tornou algo fundamental para que o mínimo de democracia que há no capitalismo possa continuar existindo⁹. Se confundirmos o fictício com o falso, a literatura perde qualquer possibilidade de contribuição para o conhecimento. Contudo, desfazendo essa confusão, constructo, como vimos, da Modernidade, acredito ser possível pensarmos com a literatura as realidades presentes nos recortes do nosso olhar em nossos processos de pesquisa, sem reduzir a literatura à condição de documento e nem a tomando como realidade objetiva.

A literatura e sua ética “menos rudimentar”

Faz-se necessário agora olharmos com mais cuidado para a ficção, já que estamos discutindo aqui o trabalho com a literatura em pesquisas científicas como algo possível. Se a ficção não é o mesmo que o não verdadeiro, se a literatura não deve ser confundida com a mentira, então o que é ficção? E o que é literatura? Apesar das muitas respostas possíveis a estas indagações, proponho voltarmos ao escritor argentino Juan José Saer, que pensa ficção e literatura provocado pela oposição “ficção” e “não ficção” constantemente atualizada em estantes de livrarias. Para ele, a ficção não ocupa nem o lugar do verdadeiro, tampouco o do falso, estando, de fato, entre uma coisa e outra. É desse entrelugar que as ficções literárias procuram atingir os seus objetivos:

Mas que ninguém se confunda: não se escrevem ficções para eludir, por imaturidade ou irresponsabilidade, os rigores que o tratamento da “verdade” exige, mas sim para evidenciar o caráter complexo da situação, complexidade esta em que o tratamento limitado ao verificável implica uma redução abusiva e um empobrecimento. Ao ir em direção ao não verificável, a ficção multiplica ao infinito as possibilidades de tratamento. Não nega uma suposta realidade objetiva, ao contrário, submerge-se em sua turbulência, desdenhando a atitude ingênua que consiste em pretender saber de antemão como essa realidade se conforma. Não é uma claudicação ante tal ou qual ética da verdade, mas sim a busca de uma ética um pouco menos rudimentar. (Saer, 2012, p. 2)

9 Sobre o episódio da invasão do Capitólio por pessoas de extrema direita após as eleições presidenciais estadunidenses em 2020 e a participação nele de adeptos das teorias conspiratórias conhecidas como QAnon, recomendo o artigo jornalístico do El País Brasil, disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-12/teorias-conspiratorias-do-qanon-varrem-o-mundo-e-sao-mais-perigosa-do-que-parecem.html>. Acesso em: 28 mar. 2022.

O interessante nessa afirmação de Saer é que ela vai no mesmo sentido da de Bastide quando ele reivindica a literatura como meio de se construir uma visão mais complexa da que o conhecimento científico pode nos oferecer, justo porque ela não está limitada pelo verificável, ou seja, os limites da ciência moderna não são os dela, e por isso a literatura não corre o risco de construir uma "redução abusiva" do real, tampouco um "empobrecimento" do mesmo. Ou seja, mesmo não reivindicando a verdade, a literatura para Saer evidencia "o caráter complexo da situação".

O que define a literatura para ele é a autenticidade do escritor na sua forma de escrever sobre as coisas, no seu olhar sobre a existência. A ficção aqui não é o tratamento romançado de alguma questão para defender uma ideologia específica. É, sim, "um tratamento específico do mundo, inseparável da matéria que trata" (Id., p. 3). E sem negar as tensões existentes entre a verdade e a falsidade, a literatura faz destas tensões a sua matéria. Por causa desse seu caminho particular, a ficção, diz Juan José Saer, é uma "antropologia especulativa". (Id., p. 6)

O professor e pesquisador brasileiro Alexandre Nodari se envereda por esse caminho da antropologia especulativa que Saer deixou aberto. Um exame rápido de suas ideias deixará mais claro o caminho aqui proposto para a gente pensar literatura em pesquisas científicas. Para ele, a leitura só se torna uma experiência quando ela dá e tira a consistência do mundo, quando ela existe nessas duas dimensões:

[...] Pois não lemos só para dar consistência a esse mundo, sustentá-lo ou entendê-lo [ciência, filosofia, etc.]; também lemos para ver que ele não é tão consistente assim, que podemos transformá-lo, que ele é contingente [literatura, manifestos políticos, etc.]. A leitura talvez só se torne uma experiência quando há o encontro entre essas duas dimensões – sem tal encontro, facilmente resulta em conformismo tanto de um lado quanto de outro. Mas se a leitura é esse entrecruzamento [fazer o mundo consistir e também desconsisti-lo, dando consistência a outros mundos descobertos], então ela não se reduz à leitura de textos escritos, isto é, à leitura em sentido estrito, mas constitui uma experiência de contato com o mundo e suas diferentes intensidades, uma prática ético-política [ou ecológica] de adquirir uma consistência singular, mas sempre fugidia, no encontro com as multiplicidades, um habitat [sempre precário e finito] no cosmos, ou seja, uma experiência de antropologia e cosmografia, uma antropologia especulativa. Todo mundo lê [o mundo] o tempo todo [...]. (Nodari, 2015, p. 78, grifos do autor).

Do meu ponto de vista, Nodari sugere aqui que toda a complexidade da matéria da literatura [a tensão entre verdade e falsidade, da qual nos falou Saer] deva ser vivida como consistência e inconsistência do mundo, essas "duas dimensões" que se entrecruzam na experiência da leitura em seu sentido amplo. E esta somente será uma experiência de fato caso produza esse entrecruzamento no leitor. Caso contrário, a leitura será "conformismo", cujo objetivo é meramente passar tempo ("os leitores de romances de aeroporto", diria Saer). Mais a frente do texto, o autor coloca também a capacidade dessa experiência nos fazer "mudar de perspectiva, mudar a perspectiva". [Id. p. 83]

A meu juízo, essa experiência de (in)consistência do mundo vivida pelo leitor, tal qual Alexandre Nodari a vê, se refere à sensação que um leitor é capaz de sentir quando, através da leitura, da experiência literária, as imagens que ele tem do mundo são, ao menos, deslocadas para que outras apareçam. Penso que isso fica ainda mais claro se voltarmos ao pesquisador alemão Wolfgang Iser e olharmos com mais precisão para a crítica que ele faz da oposição realidade e ficção observada no pensamento ocidental. Para ele, essa oposição não faz sentido porque um texto ficcional contém realidade da ordem do social, do sentimental e do emocional mesmo não se esgotando nessas realidades:

Essas realidades por certo diversas não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de textos ficcionais. Por outro lado, também é verdade que estas realidades, ao surgirem no texto ficcional, não se repetem nele por efeito de si mesmas. Portanto, se o texto ficcional se refere à realidade sem se esgotar nessa referência, a repetição é um ato de fingir pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, nele emerge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto. Assim, o ato de fingir ganha a sua marca própria, que é de provocar a repetição da realidade no texto, atribuindo, por meio dessa repetição, uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário em efeito [Vorstellbarkeit] do que assim é referido [Iser, 2013, p. 32]

Dialogando com filósofos como Edmund Husserl e Cornelius Castoriadis, o autor vai propor um olhar para o texto ficcional que o vê como sendo composto por um ato de fingir no qual a realidade externa ao texto toma uma forma singular, não verificável na realidade concreta. Nesse mesmo ato, o imaginário – o conjunto de formas, figuras e imagens que subjazem as ações cotidianas das pessoas – deixa de ser algo difuso para ganhar uma configuração. Por isso, ao invés de pensarmos a partir da oposição "ficção" e "não ficção",

lser propõe que pensemos a partir da tríade “real”, “fictício” e “imaginário”, entendendo a literatura como um jogo entre os dois últimos elementos dessa tríade, um jogo que não se esgota na realidade, mas a reconstrói de forma criativa e singular.

Do meu ponto de vista, é nesse jogo entre ficção e imaginário que a experiência da leitura como consistência e inconsistência do mundo pode ser vivida. Entendo também que há uma dialética na experiência da leitura cujas sínteses podem ser transformadoras para a forma como as pessoas veem a existência. E nesse movimento somos capazes, de nos colocarmos no lugar do outro, de sentirmos com esse outro, e de alguma forma sermos ele. A potência epistemológica e política disso – mesmo que os escritores não tenham tido a menor intenção de dar significados políticos às suas obras – pode ser muito oportuna para os objetivos da esquerda em sensibilizar a sociedade para a causa dos trabalhadores, do antirracismo, dos feminismos, por movimentos por liberdade de gênero e sexualidade e para a importância da vida de todos os oprimidos do mundo. Acredito que a visibilidade aqui ganha contornos muito mais profundos do que eu entendo que ela ganha em contextos de dominação do mercado por uma lógica brutalmente liberal, já que na experiência literária, forçosamente solitária em alguma medida, há uma experiência mais forte de ser o outro e perceber que o outro também é você¹⁰.

Se a literatura não está no domínio do falso como a razão moderna a colocou, se ela é de fato capaz de ir além do que é verificável pela ciência, então ela pode ser um elemento presente nas pesquisas de científicas. Na tentativa de apontar um caminho possível para isso, proponho a seguir uma análise de um capítulo de Cem anos de solidão, de Gabriel García Márquez.

“Eram mais de três mil”: José Arcádio Segundo e a solidão da sobrevivência e do testemunho

O universo de Cem anos de solidão é absolutamente vasto em termos de possibilidades de

¹⁰ A literatura, portanto, também é, como Lévi-Strauss definira a etnografia, uma “forma experimental e concreta” do “processo ilimitado de objetivação do sujeito”. Todavia, na formulação de Costello, a ilimitação desse processo se revela em sua inteireza, indo para além das fronteiras do humano: se a descrição de Lévi-Strauss se fundamenta na equação Sujeito = Anthropos (em sua argumentação, participamos de forma subjetiva de todas as sociedades na Terra – poderíamos ter nascido nelas – porque elas são humanas), a antropologia especulativa proposta por Coetzee especula sobre a antropologia, questionando a imagem da espécie e suas prerrogativas ontológicas sobre a subjetividade. Assim, de certo modo a equação se mantém, mas invertida: Anthropos = Sujeito, ou seja, todos os seres existentes e inexistentes são humanos porque podemos participar de forma subjetiva de sua existência, obliquarmo-nos como se fôssemos eles (Nodari, 2015, p. 81).

olhares que o leitor tem ao adentrar na história da família Buendía. Aqui vou me concentrar no capítulo onde Márquez nos conta a história de José Arcádio Segundo e seu envolvimento com a greve dos trabalhadores da companhia bananeira, empresa agente e símbolo da modernização de Macondo. Chama a atenção o caráter muito básico das reivindicações dessa greve:

A greve explodiu duas semanas depois e não teve as consequências dramáticas que se temia. Os trabalhadores reivindicavam que não os obrigassem a cortar e embarcar banana aos domingos, e a petição pareceu tão justa que até o padre Antônio Isabel intercedeu a favor dela porque achou que estava de acordo com as leis de Deus. (Márquez, 2017, p. 307)

A resposta do poder local é implacável, e recai sobre a cabeça de José Arcádio segundo: "Muito rapidamente foi apontado como agente de uma conspiração internacional contra a ordem pública." (Ibid., p.307)

Esses dois trechos nos dizem, pela ficção, tanto da recusa das elites locais da América Latina em pactuarem com um mínimo de justiça social, quanto da violência que a defesa da "ordem pública" desperta nelas, que estão, evidentemente, sempre prontas para reprimir quando a sua posição de classe privilegiada é ameaçada. Mas a ficcionalidade não se fragiliza em momento algum ante a documentalidade da obra de Márquez. Ao contrário, não saímos em nenhum momento do universo de Macondo, no qual tempo e espaço existem segundo a lógica do seu próprio universo ficcional. Porém, não é apenas no que a literatura tem de documental que podemos pensar conhecer a partir dela. Continuemos seguindo José Arcádio Segundo na sua saga grevista.

Dada a voluntária morosidade do poder político e econômico de Macondo em atender as reivindicações dos grevistas da companhia, os mesmos recorrem às altas instâncias do poder judiciário. Chegando lá:

[...] os ilusionistas do direito demonstraram que as reclamações careciam de qualquer valor, simplesmente porque a companhia bananeira não tinha, nem tivera jamais, trabalhadores a seu serviço, mas os recrutava ocasionalmente e em caráter temporário. Portanto, desbaratou-se a patranha do presunto da Virginia, das pílulas milagrosas e das retretas natalinas, e estabeleceu-se por decisão do tribunal, e se proclamou em decretos solenes, a inexistência dos trabalhadores. (Ibid., p. 312)

Impossível ter vivido no Brasil nos últimos oito anos e não ter sentido a absoluta presença desses ilusionistas do direito (e da economia, e do jornalismo etc.) operando livres no país, sobretudo a partir do golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) em 2016. Macondo segue documentando a América Latina, dessa vez através da cortante ironia de Gabriel Garcia Márquez. Nesse universo, a justiça de Macondo tem o poder de fazer desaparecer a condição de trabalhador dos funcionários da companhia a partir do domínio da letra jurídica. Eles simplesmente passam a não existir nesse jogo retórico com efeitos práticos devastadores. A autonomia dos signos, característica histórica das elites letradas latino-americanas, como acima vimos com Rama (2015), se desdobra aqui em opressão de classe e deslegitimação da luta dos trabalhadores da companhia bananeiro por seus direitos básicos.

Reitero, a partir de mais esse trecho do livro de Gabo, que a ficcionalidade aqui não dificulta em nada a apreensão do que Cem anos de solidão tem de documental, sem que isso implique que tratemos essa obra como um documento. O universo de Macondo tem o seu próprio tempo, sua própria relação com o espaço, com o possível. Macondo não é a América Latina, mas ao mesmo tempo é, pois é possível entender a nossa história lendo essa obra, mesmo que ela não tenha sido escrita com esse objetivo. É assim que vejo a tensão entre os domínios do verdadeiro e do falso presente na literatura da qual nos fala Saer (2012) e Nodari (2015). Foi a partir dessa tensão que Gabo construiu a sua Macondo.

Mas como tratar um livro apenas pela sua documentalidade é reduzi-lo à condição de documento, cabe agora, para chegarmos ao final, adentrarmos no "puramente literário" para ver do que podemos tirar dele. Vamos continuar seguindo José Arcádio Segundo.

Os grevistas, insatisfeitos, não só se mantem na luta como também a radicalizam. Fazendas e armazéns foram incendiados e os trilhos dos trens destruídos. Quando a situação ameaça estourar para uma guerra civil, o Chefe Civil e Militar da província é chamado para intervir no conflito. Ele convoca todos os trabalhadores da companhia para se concentrarem na estação da cidade. Sob um sol escaldante, os trabalhadores esperam, de bom humor, por muitas horas a referida autoridade chegar ao local conforme prometido. Depois de um rumor de que o chefe só chegaria no dia seguinte, um tenente sobe ao telhado da estação "onde havia quatro ninhos de metralhadora" e lê um decreto assinado por um general e por seu secretário, o qual classifica os grevistas como "quadrilha de malfeitores" e autoriza o exército a mata-los caso permaneçam na greve. A multidão concentrada de frente para o tenente lança uma sonora vaia, talvez não acreditando ser possível que aquilo ocorresse de fato. O capitão do exército avisa que se em cinco minutos os traba-

lhadores não se dispersassem, o exército abriria fogo. A multidão retoma, com ainda mais furor, as vaias. Passados cinco minutos, o capitão dá mais um minuto de clemência, ao que José Arcádio Segundo responde: “- Filhos da puta! [...]. Podem ficar com o minuto que falta”. Então o exército impiedosamente abre fogo.

Nas páginas que seguem, Gabo constrói uma narrativa de grande beleza, mas também muito forte, despertando muitos afetos no leitor, sobretudo o de ódio e revolta. A multidão demora ainda a perceber o que realmente estava acontecendo. Quando ela se dá conta, o pânico se instaura de tal forma que o efeito da leitura passa a ser uma sucessão de imagens de pessoas sendo pisoteadas e perseguidas pelas muitas metralhadoras que estavam espalhadas por Macondo. Fica marcado no leitor uma impressão de que a multidão se reduz a um amontoado de cabeças, braços, gente correndo, gente gritando, gente enlouquecendo, sangue sendo derramado por todos os lados, enquanto José Arcádio Segundo passa por isso tudo, testemunhando todo esse horror, todas essas mortes até ser capturado.

Ele acorda tempos depois [o narrador não diz quanto foi esse tempo, mas não nos esqueçamos que a experiência do tempo em Macondo é particular] dentro de um vagão de trem abarrotado de gente morta. Ele se dá conta de que aquelas pessoas eram os trabalhadores e seus familiares mortos, assassinados pelo Estado e, agora, se tornando desaparecidos por ação desse Estado. José Arcádio Segundo percorre todo o trem, vagão por vagão, e vê uma infinidade de pessoas mortas. Pula do trem e volta para de Macondo num caminho muito difícil, dado a sua condição física bem afetada. Chegando até as primeiras casas da cidade, a pé, ele bate na porta de uma das casas que encontra, onde uma mulher o reconhece como um dos membros da família Buendía e o acolhe, cuidando de suas feridas, lavando suas roupas e lhe dando café sem açúcar, “conforme alguém tinha dito que os Buendía tomavam”.

José Arcádio Segundo não falou enquanto não terminou de tomar café.

- Deviam ser uns três mil – murmurou.

- O quê?

- Os mortos – esclareceu. – Acho que todos os que estavam na estação.

A mulher mediu-o com um olhar de lástima. “Aqui não houve mortes”, disse. “Desde os tempos do seu tio, o coronel, não acontece nada em Macondo”. (Ibid., p. 322)

“Não acontece nada em Macondo”. José Arcádio bate de porta em porta para saber se era

só aquela mulher que achava isso ou se as outras pessoas também diziam que não tinha acontecido nada em Macondo. Rapidamente José Arcádio Segundo se dá conta de que as pessoas não sabiam ou não se lembravam ou talvez fingissem que não viram o que aconteceu, por medo; o fato é que todos diziam a mesma coisa, que não tinha acontecido nada, e ele percebe que é a única testemunha do massacre, a única que o viveu, a única que viu os vagões do trem com crianças, mulheres e homens mortos, todos cruelmente assassinados. A solidão de José Arcádio é insuportável. Algo se rompe nele depois dessa violência. Ele se cala e se isola na mansão (que parece não ter fim) dos Buendía, onde passa os dias trancado em um velho escritório da casa, sem tomar banho e comendo quando lhe davam e o que lhe davam, não saindo nem para o banheiro. Depois de meses trancado, quando o exército parou de vasculhar a cidade em busca de possíveis grevistas sobreviventes, quando seu irmão abre a porta do escritório e o vê completamente desgredido e insalubre, José Arcádio olha para esse irmão e diz: “- Eram mais de três mil (...). Agora tenho certeza de que foram todos os que estavam na estação”. (Ibid., p. 324)

A liberdade literária com a qual Gabriel García Márquez conduz Macondo nos causa um efeito profundamente agonizante, porque se o narrador conta a história das greves e das sucessivas manobras da companhia, do governo e da justiça sobre os trabalhadores de forma lenta, o tempo entre o extermínio dos trabalhadores e suas famílias e o retorno de José Arcádio Segundo a essa Macondo esquecida de seu próprio flagelo parece transcorrer em poucos minutos no universo da história. Isso, a meu ver, dá força ao impacto da violência que o leitor testemunha junto com José Arcádio, e ao silêncio ao qual ele é condenado, e por tabela nós também, porque Macondo é um mundo inexistente, então não podemos ir até lá e ajudar José Arcádio Segundo a testemunhar a sua dor. De certa forma, nós ficamos tão sozinhos e agonizados quanto ele. Em um momento, o massacre se desenrola no texto para, após o seu clímax, ser abruptamente esquecido, exceto por uma única pessoa.

E é aqui que o ficcional pode nos ajudar a pesquisar, pois esse tipo de incursão literária que tentei fazer aqui pode nos levar além de uma simples categoria ou descrição fria de um texto que trate de questões como dor, silenciamento, perda, apagamento da história, ancestralidade e toda questão que couber a abordagem para a qual aponto aqui. Pois apesar de todo o fantástico de Cem anos de solidão, a dor de José Arcádio Segundo não só é possível como acontece com mães que perdem seus filhos pela violência do Estado nas favelas do Rio de Janeiro e por todo o Brasil, e são obrigadas a viverem sozinhas com a sua dor, em busca de uma justiça que quase nunca vem. Elas lidam com essa dor ao mesmo tempo em que militam junto com outras mães, ora consolando, ora sendo consoladas.

E testemunham a continuidade da violência pelo Estado, dessa vez em longas batalhas jurídicas que quase sempre não dão em nada. Quem as ouve? Quem cuida delas? Quem se importa com o seu luto?¹¹ Não é impossível que imaginemos, pelos caminhos da literatura, essa dor. Poderia ser igualmente possível que esse fosse um recurso do olhar das ciências sociais para a realidade concreta.

Esse cruzamento entre a dor literária inexistente e a dor da mãe existente nos faz ver e sentir melhor a gravidade e a complexidade da situação. Pois o sentimento aqui é fundamental para o devido conhecimento dessa dor. Se a dor dessas mulheres não é cientificamente verificável, porque não podemos ir com a literatura além desse verificável e, como Didi-Huberman faz com as imagens de Auschwitz¹², imaginar essa dor e descrevê-la literariamente em um artigo científico, caso o cientista social em questão tenha essa habilidade? Não é isso que Veena Das faz no seu texto *O ato de testemunhar*, no qual ela trata dos efeitos que os conflitos entre Índia e Paquistão trouxeram pra a vida de mulheres indianas da região de Punjabi?

Para quem não leu esse texto, Das [2020] constrói nele uma personagem chamada Asha e, através da trajetória dessa personagem, ela dá voz a várias mulheres que sofreram nesse contexto, dando uma visão mais sofisticada e precisa do confuso cenário político local e para a situação dos mais vulneráveis nele, no caso, as mulheres. Longe de comprometer o rigor da pesquisa, o texto de Veena Das nos oferece, a meu juízo, um quadro muito mais completo dos estragos que as lutas entre poderosos podem causar nas pessoas mais distantes dos centros do poder.

Com isso, acredito que daremos mais um passo adiante para o conhecimento de coisas e condições sociais que não são as nossas, que não são um "eu", e ultrapassarmos um certo pensamento, que parece muito forte atualmente, segundo a qual a diferença parece possuir algo de essencial e absoluto que não pode ser conhecido por quem não vive sua experiência. Ao contrário disso, eu defendo que, se a alteridade é construída socialmente¹³, então socialmente ela pode e deve ser desconstruída, e a literatura oferece caminhos não só para isso, como também para compor um olhar mais sofisticado para a realidade objetiva; em outras palavras, para propor respostas. Se houver um sincero esforço para

11 Para uma análise muito forte e esclarecedora sobre a experiência de algumas dessas mães no Rio de Janeiro, ver Vianna e Farias (2016).

12 Refiro-me aqui ao debate no qual o filósofo francês defende que as poucas imagens que restaram do campo de extermínio de Auschwitz possam servir como meio de reconstituição da verdade do que ali ocorreu. Ver Didi-Huberman, 2020.

13 Para uma abordagem da construção da alteridade na própria antropologia, ver Fabian (2009).

se ultrapassar as amarras coloniais do nosso pensamento, sem dispensar o que nos é útil do pensamento branco e europeu, o conhecimento e a compreensão são muito possíveis.

Conclusão

O trabalho com a literatura nas ciências sociais não será feito para que um cientista prove, pela literatura, o que é a dor e como ela opera. Eu proponho que esse tipo de abordagem atue como uma espécie de complemento, parceria, quando isso for possível e, principalmente, necessário. Por exemplo, penso que não cabe mais pensar a América Latina e o genocídio dos povos indígenas e a completa solidão dos sobreviventes desse genocídio sem tentarmos imaginar ao menos parte dos efeitos de todo esse peso para esses sobreviventes. E a histórica e profunda concentração das elites intelectuais latino-americanas nos centros urbanos torna a dor indígena do campo ainda mais invisível e inaudível. E, portanto, mais urgente o olhar e a escuta para essa solidão nas suas dimensões humanas. Há uma literatura que começa a estar disponível para isso¹⁴.

Daí a importância de lermos com mais interesse antropológico obras como *Um defeito de cor*, na qual Ana Maria Gonçalves fala, entre muitas outras coisas, do silenciamento de mulheres negras em suas múltiplas manifestações, da mais sutil a mais violenta, tratando de um Brasil colonial e imperial que se confunde com o Brasil de hoje, pois o lugar da mulher negra na sociedade brasileira pouco mudou, como sabemos¹⁵. Obras como *As vinhas da ira*, de John Steinbeck, onde a triste saga de uma família despejada de sua terra é narrada com a sofisticação de perceber que essa violência recaía sobre homens e mulheres, assim como sobre velhos e crianças, com desdobramentos bem diferentes. Além da sensação de impotência que o romance causa diante de uma con-

14 Tomei conhecimento recente do debate sobre literatura indígena lendo o número 38 da revista *Quatro cinco um*, que trata do universo editorial brasileiro de forma geral. Escritores e escritoras indígenas desconhecidos do grande público começam a serem projetados para o mercado literário brasileiro. Esse movimento, a meu ver, é parte do mesmo processo que tem dado mais visibilidade a autores e autoras negras no Brasil, mas ainda em menor intensidade.

15 A preocupação com as sutilezas da discriminação racial se materializa bem na personagem Esméria, a escravizada que recebe Kehinde ainda criança, recém escravizada e chegada do Benin. Para um leitor distraído, Esméria pode ser apenas uma escrava da casa grande, mais uma representante da figura da "mãe preta", subserviente aos seus donos. Mas um olhar atento para essa personagem nos mostra que, longe de ser resignada, Esméria tem uma leitura muito precisa da sociedade brasileira do século XIX, ela sabe perfeitamente quais eram as suas (im)possibilidades naquele contexto e é com esse conhecimento que ela atua, tal como Asha, agenciando a sua vida e nas vidas das pessoas que ela amava pelas beiradas do poder. É uma personagem genial, com a qual podemos aprender muito.

dição tão cruel¹⁶. E *A peste*, de Albert Camus, com o isolamento da cidade de Orã frente a uma epidemia e a trajetória de morte dessa cidade, tudo tão insuportavelmente parecido com a experiência que muitos de nós tivemos na quarentena imposta pela pandemia de Covid-19. Por que não pensarmos as experiências da quarentena, nas suas infinitas dimensões, entrecruzando o universo criado por Camus e as existências reais da quarentena de agora?

Ciência e literatura podem trabalhar juntas, e essa me parece uma excelente forma de conectarmos a ciência com os afetos humanos, para que este conhecimento não signifique mais coisas como a destruição do planeta e a negação da alteridade e de seus saberes, como muitas vezes ocorreu na história do Ocidente¹⁷. Acho que podemos sustentar categorias antropológicas também com leituras atentas de textos literários que tratem de uma questão para a qual estamos olhando na nossa pesquisa. Isso em nada nega a ciência e seus clássicos. Muito ao contrário, agrega, pois torna o nosso olhar menos precário.

Por isso acredito que não precisamos vacilar diante da literatura nas nossas pesquisas, mas buscarmos construí-las com responsabilidade científica e política. Se a literatura pode ir além do que é cientificamente verificável, ela pode nos ajudar a compreender as vidas de pessoas socialmente vulneráveis e apontar possíveis caminhos para a superação das opressões, ou ao menos uma forma de atenuá-las, na ausência de uma opção melhor. Se é possível compreendermos e sentirmos a solidão de José Arcádio Segundo, é possível também compreendermos e sentirmos as opressões vividas por grupos dos quais nós podemos não fazer parte, porém isso não significa dizer que não possamos nos engajar no conhecimento desses grupos e também em suas lutas.

16 A meu juízo, é muito evidente a preocupação do autor em mostrar o que separa e o que une as suas personagens, ao mesmo tempo. É como se a experiência de integração e desintegração do mundo da qual fala Nodari ocorresse no próprio universo da obra, pois as situações vividas são, ao mesmo tempo em que não são as mesmas. As mulheres de *As vinhas da ira* estão, de alguma forma, sempre no lugar do cuidado, um cuidado que exige muito autocontrole por parte delas diante dos homens, de quem nunca se sabe quando e como ficarão nervosos. A trajetória da família Joad é marcada por diferentes subalternizações dentro da subalternização (no contexto do romance) causada pela migração forçada. Elas se complementam, de alguma forma, nessa trajetória de beleza e sofrimento.

17 E ainda ocorre. Um artigo do físico e professor da Universidade de Boston Pankaj Mehta publicada no site da revista *Jacobin Brasil* fala da assustadora permanência do determinismo biológico nos estudos mais "avançados" de genética da atualidade. Para ler esse artigo na íntegra, segue o link: <https://jacobin.com.br/2021/01/a-genetica-explica/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Bibliografia

BASTIDE, Roger. Sociologia. Org.: Maria Isaura Pereira de Queiroz. – São Paulo: Ática, 1983.

FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro emergente. In: O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

DAS, Veena. O Ato de Testemunhar: Violência, Gênero e Subjetividade. In.: Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Imagens apesar de tudo. São Paulo: Editora 34, 2020.

ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LIMA, Luis Costa. Sociedade e discurso ficcional. In.: Trilogia do controle. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2007.

NODARI, Alexandre. A literatura como antropologia especulativa. Revista da Anpoll nº 38, pp. 75-85, Florianópolis, Jan./Jun. 2015.

RAMA, Ángel. A cidade das letras. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. Revista FronteiraZ, São Paulo, n. 8, julho de 2012.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 37, pp. 79-116, abr. 2016.

Obras literárias

CAMUS, Albert. A peste. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MÁRQUEZ, Gabriel García. Cem anos de solidão. Rio de Janeiro: Record, 2017.

STEINBECK, John. As vinhas da ira. Rio de Janeiro: BestBolso, 2020.